

1 Aos 10 (dez) dias do mês de abril do ano de 2025, às 9h, reuniram-se os membros do Comitê da
2 Bacia Hidrográfica do rio Verde Grande (CBHVG), para a 43ª Reunião Plenária Ordinária,
3 realizada por videoconferência. A lista de presença segue anexa a esta Ata. Após constatar que o
4 quórum fora atingido o Presidente do CBHVG, Sr. Flávio Gonçalves, iniciou a reunião desejando
5 boas-vindas e agradecendo a todos pela presença. Posteriormente, o Plenário foi submetido à
6 aprovação das Atas da 42ª e 4ª Reunião Plenária Ordinária (RO) e Extraordinária (RE),
7 respectivamente, do CBHVG. Foi solicitada a correção do ano da Ata da 42ª RO. Não havendo
8 mais manifestações, as Atas foram aprovadas, por unanimidade. Em seguida, foram repassados
9 alguns informes, como a viabilidade da construção da barragem de Congonhas, que
10 recentemente ocorreu uma manifestação do Governo de Minas Gerais sobre o aporte de R\$16
11 milhões a ser concedido para o estudo da viabilidade dessa barragem; os equipamentos de
12 medição de vazão em processo de cessão ao CBH Verde Grande pelo Instituto de Atenção as
13 Cidades (IAC) que, atualmente, está na fase de elaboração dos documentos de cessão; a
14 mudança de endereço da Secretaria do CBHVG para a Rua Gabriel Passos, nº 50, Centro, Montes
15 Claros/MG, bem como o novo número de telefone, (38) 3224-7514; e a atualização da
16 contratação da entidade equiparada à agência de bacia, que foi aprovada pelos membros da
17 Comissão de Avaliação por meio do Parecer de Aptidão que indicada a Agência Peixe Vivo, como
18 a entidade a ser equiparada à Agência de Bacia, apta e com capacidade técnica, administrativa e
19 operacional para tal função. Atualmente, o pacto de integração está na fase de análise
20 contratual pela Agência Peixe Vivo. Logo após, se as partes estiverem em comum acordo, o
21 contrato será assinado pelos presidentes dos comitês envolvidos, por representantes dos órgãos
22 e pela Agência. Sequencialmente, serão elaborados os Planos Plurianual e Orçamentário Anual
23 (PPA e POA). Esses Documentos serão apreciados pelos comitês de bacia e, após a apreciação,
24 serão iniciadas as atividades. O Sr. Luiz Henrique, representante da Agência Nacional de Águas e
25 Saneamento Básico (ANA), reforçou que esse pacto é apenas para a porção mineira, isto é, não
26 envolve a porção baiana. Também, mencionou que o Conselho Nacional de Recursos Hídricos
27 (CNRH) e a ANA não avaliam esse processo, visto que esse está tramitando na esfera estadual. O
28 Sr. Luiz Henrique, na ocasião, indaga se o SF10, Comitê Afluente Mineiro do rio Verde Grande, foi
29 oficialmente formalizado. A Sra. Tânia Dias/ANA respondeu que em uma reunião recente com a
30 Gerente de apoio aos Comitês de Bacia Hidrográfica do Instituto Mineiro de Gestão das Águas
31 (GECBH/Igam), Sra. Maria de Lourdes, foi informada que o ajuste do decreto para criação do
32 SF10, que entende que o SF10 está contido no CBHVG, está em processo de aprovação e
33 conclusão junto ao IGAM. Assim, aguardam a finalização desse processo. Na sequência, a Sra.
34 Maria de Lourdes, Gerente de apoio aos CBHs do Igam, discorreu sobre o ponto de pauta acerca
35 do processo eleitoral do CBHVG. Inicialmente, mencionou sobre a complexidade do arranjo
36 institucional do CBHVG; a dificuldade para contratar uma agência de bacia; e o impasse gerado
37 por isso, para organizar um novo processo eleitoral, visto que o arranjo do Comitê ainda não
38 está definido. Relembrou que em 2008, o CBHVG foi criado por meio de um decreto, porém, em
39 2009, o Governo de Minas Gerais editou um novo, revogando o anterior. Esse decreto criou o
40 Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Verde Grande, o qual abrangia o estado de Minas Gerais e
41 Bahia. A Sra. Maria de Lourdes pontua que o governo de Minas Gerais não tinha autonomia de
42 criar um decreto para outro estado. Portanto, um processo foi instaurado com intuito de refazer
43 o CBHVG. Logo, diante do exposto, informou que a ANA, Igam e Instituto do Meio Ambiente e
44 Recursos Hídricos (Inema) decidiram, primeiramente, discutir sobre essa situação e,
45 posteriormente, pensar sobre o processo eleitoral, ou seja, a mudança dos conselheiros. Logo,

46 sugere ao Plenário a prorrogação do processo eleitoral. A Sra. Thamires Mercês corroborou
47 sobre essa proposta de prorrogação do mandato dos membros do CBHVG. Complementou que
48 essa prorrogação seria pelo período de um ano, para que seja resolvido tal pendência. A Sra.
49 Tânia Regina sinalizou que essa prorrogação não cabe ao Comitê e nem aos órgãos gestores,
50 mas, sim, ao CNRH, isto é, as proposições foram repassadas ao Plenário, mas a decisão é do
51 Conselho. Contudo, pontuou que o Plenário, antes de qualquer decisão, está sendo consultado.
52 Além do mais, declarou, acerca da concepção do novo Comitê do rio Verde Grande, que dar-se-á
53 para preservação das lideranças mineiras existentes na bacia e para que os processos eleitorais
54 sejam conduzidos de maneira correta, por cada comitê com seus respectivos conselhos
55 estaduais. A Sra. Tânia Regina destacou que as ações realizadas pela ANA na Bacia do rio Verde
56 Grande permanecerão, independente do arranjo institucional definido. O Sr. Ari Teodoro indaga
57 se a Diretoria do CBHVG foi consultada acerca do interesse na prorrogação de seu mandato; se
58 manifestaram interesse em continuar; e até quando perdurará essa prorrogação. A Sra. Laila
59 Tupinambá informou que a Diretoria foi consultada e o mandato estenderá por mais um ano, a
60 partir do dia subsequente ao término do mandato vigente. Ressaltou que a prorrogação não é
61 apenas para a Diretoria, mas também para as demais instâncias do Comitê. O Sr. Flávio
62 Gonçalves manifestou que, conforme mencionado em outra reunião, não teria interesse em
63 continuar, mas diante da atual situação, faz-se necessária a prorrogação. Complementou que a
64 atual reunião é o momento oportuno para discutirem e decidirem sobre o futuro do Comitê. O
65 Sr. Ari Teodoro propõe uma votação entre os membros do Plenário presentes para prorrogarem
66 o mandato da Diretoria por mais quatro anos, sem a necessidade de realizar um processo
67 eleitoral em curto prazo. A Sra. Laila Tupinambá reitera que a prorrogação será para todas as
68 instâncias do Comitê, isto é, Câmara Técnica Consultiva (CTC), Diretoria, Plenário etc. Bem como,
69 afirma que a prorrogação não cabe aos membros do Comitê, e esta reunião é apenas para
70 avaliar o pedido de prorrogação que será encaminhado ao CNRH. Também, citou que não há
71 razão para realizar uma eleição e posteriormente o CBHVG vir a sofrer uma mudança em seu
72 arranjo institucional e o processo eleitoral ser refeito. O Sr. Ari Teodoro questiona se será
73 elaborado um documento a partir das definições sugeridas nesta reunião, o qual será
74 encaminhado ao CNRH. A Sra. Thamires Mercês informa que não foi definido se haveria um
75 documento, porém cada órgão: Inema, ANA e Igam, encaminhará aos seus respectivos conselhos
76 a decisão tomada e, a critério, anexar a Ata desta reunião com o parecer do Plenário. O Sr. Ari
77 Teodoro expôs que no Regimento Interno do CBHVG não há informações acerca de
78 procedimentos para prorrogação de mandato, tratando apenas sobre processo de reeleição.
79 Diante disso, indaga sobre o fundamento legal que será utilizado para essa solicitação. A Sra.
80 Thamires Mercês informou que será enviado ao Conselho apenas a solicitação de prorrogação
81 com as devidas justificativas, conforme apresentadas nesta reunião, mas caberá apenas ao
82 Conselho a decisão de prorrogar ou não. Complementando, a Sra. Tânia Dias/ ANA informa que a
83 proposta não se trata de uma deliberação, pois, como já mencionado, não cabe ao CBHVG essa
84 decisão, mas apenas o conhecimento e o consentimento sobre o pedido. O Sr. Edvaldo Campos
85 indaga se as vagas, as quais estão com os representantes infrequentes, serão postas em eleição.
86 A Sra. Laila Tupinambá citou que estão sendo estudadas as possibilidades para preenchimento
87 dessas vagas. A Sra. Maria de Lourdes ressalta que essa proposta não será avaliada pelos
88 Conselhos Estaduais, apenas pelo CNRH. A Sra. Flávia Simões/ANA mencionou que há uma
89 reunião agendada no CNRH com pauta já definida. No entanto, está sendo articulado a inserção
90 desse ponto de pauta para que seja avaliado pelo Conselho. O Sr. Wendel Pereira inquiriu sobre

91 a possibilidade de ocupar a cadeira de membro titular no Plenário do CBHVG, visto que seu
92 titular aposentou e não faz mais parte deste Comitê. A Sra. Laila Tupinambá explicou que a
93 cadeira no Plenário não pertence ao membro e, sim, da instituição a qual concorreu ao processo
94 eleitoral. Contudo, caso não haja indicação de um substituto (a), poderá ser analisada essa
95 possibilidade. A Sra. Flávia Simões/ANA solicita um ofício informando a ciência do Plenário do
96 CBHVG sobre o pedido de prorrogação do mandato eleitoral que será anexado ao documento a
97 ser enviado ao CNRH. Oportunamente, sugere que seja levantado o número de cadeiras vazias
98 no Plenário do CBHVG para que seja feitas as substituições, conforme prevista no Regimento
99 Interno do Comitê, bem como dê a oportunidade dos suplentes ocuparem essas vagas. A Sra.
100 Laila Tupinambá submeteu o Plenário a aprovação do pedido de prorrogação. Como não houve
101 manifestações contrárias, o pedido foi aprovado por unanimidade. Sequencialmente, o Sr.
102 Leonardo Mitre, representante da EngeCorps Engenharia S.A, apresentou as atualizações do
103 processo de elaboração dos estudos para enquadramento dos corpos d'água na Bacia do rio
104 Verde Grande. Primeiramente, relembrou os objetivos do enquadramento que é assegurar a
105 qualidade das águas compatíveis com os usos e diminuir os custos de combate à poluição das
106 águas, mediante ações preventivas permanentes e citou os múltiplos usos do recurso hídrico,
107 como irrigação; lazer e turismo; pesca; dessedentação animal etc. Mencionou que as finalidades
108 do enquadramento estão definidas na Resolução do Conama 357/2008 e na Deliberação
109 Normativa Conjunta CERH/Copam nº 08/2022. O Sr. Leonardo Mitre informou que esse estudo
110 contempla sete produtos dos quais três foram concluídos. Atualmente, a empresa está
111 executando o Produto 4 e 6, sendo que esse último é uma Proposta Conceitual do Programa de
112 Monitoramento das Águas Subterrâneas. O Produto 6 foi entregue ao Grupo de
113 Acompanhamento do Trabalho – GAT e está sendo analisado. Destacou que a área de
114 abrangência desse estudo é a Bacia do rio Verde Grande, independente da região de domínio, se
115 é mineiro ou baiano. Já o Produto 4 é a definição da vazão de referência, que está sendo
116 aguardada a definição pelos órgãos gestores dos recursos hídricos; o parâmetro de referência
117 para o enquadramento; metas; identificação preliminar das ações a serem executadas e os
118 respectivos custos e atualização da matriz de enquadramento. O Sr. Leonardo Mitre informou
119 que o próximo passo é aguardar a resposta do GAT, a respeito do relatório do Produto 6, cuja
120 data limite é 10 de abril de 2025; a revisão desse relatório; a conclusão do Produto 6; a
121 elaboração do relatório do Produto 4; a realização da audiência pública referente a fase 4; e a
122 elaboração dos Produtos 5 e 7, os quais dependem do Produto 4 para efetivação. O próximo
123 ponto de pauta, foi a explanação a respeito da arrecadação do exercício de 2024, acerca do
124 saldo remanescente e os usos dos recursos disponíveis. A Sra. Grace Benfica, representante da
125 ANA, expôs que em 2024 o saldo disponível do CBHVG era de R\$ 782.000,00 e atualmente é
126 aproximadamente R\$ 1.020.000,00. Mencionou que foi acordado com a Diretoria do CBHVG que
127 a ANA daria todo apoio nas logísticas dos membros para participação em eventos externos.
128 Sendo assim, parte do recurso será empenhado para atendimento dessa demanda e aquele que
129 não for utilizado será devolvido a conta única do Tesouro Nacional do CBHVG. Informou que ao
130 final de cada exercício será realizada a prestação de contas ao Comitê. A Sra. Grace Benfica
131 informou que a perspectiva de arrecadação de 2025 a 2029 é de R\$ 4.000.000,00.
132 Oportunamente, informou que o site do CBHVG está em processo de elaboração,
133 especificamente, a equipe da Tecnologia da Informação (TI) da ANA está buscando recuperar o
134 layout antigo. A próxima etapa é inserir as informações do Comitê no site, como documentos
135 etc. Pontuou que o site está projetado e encontra-se hospedado no servidor da ANA, porém são

136 necessários alguns ajustes antes de disponibilizá-lo. Afirma que a ANA está, com recurso próprio,
137 buscando viabilizar a construção da interface do novo site, mas caso não seja possível a
138 execução pela equipe de TI da ANA, será contratada uma empresa para executar esse serviço.
139 Reitera que essa contratação dar-se-á somente se a equipe de TI não conseguir executar, o que
140 também depende da Lei Orçamentária Anual (LOA), mas todo o processo será repassado ao
141 Comitê. O Sr. Ari Teodoro indaga sobre o período da arrecadação dos R\$ 1.020.000,00
142 mencionado. A Sra. Grace Benfica explica que, após o encerramento do contrato de gestão, os
143 valores arrecadados foram suspensos o repasse à Agência Peixe Vivo e o valor restante está
144 sendo guardado em uma conta do Tesouro Nacional. O Sr. Ari Teodoro indaga se essa verba não
145 poderia ser usada para execução do site. A Sra. Grace Benfica reitera que a proposta inicial é
146 celebrar um contrato com a equipe de TI, porém dependerá da aprovação da LOA.
147 Oportunamente, o Sr. Saulo questiona sobre o processo de revisão das outorgas, as quais foram
148 interrompidas desde o ataque na rede de computadores da ANA. A Sra. Tânia Regina esclareceu
149 que esse assunto é referente a outro setor. Informou que consultará esse setor e repassará aos
150 membros do Comitê. Na sequência, os representantes do Empreendimento Fortaleza Santa
151 Teresinha, Sra. Eduardah e o Sr. Jansen, mencionaram que os resultados da pesquisa
152 hidrogeológica realizada no empreendimento seriam apresentados pela empresa MDGEO -
153 Hidrogeologia e Meio Ambiente. O Sr. Daniel Bertachini esclareceu que esse trabalho foi
154 desenvolvido entre outubro de 2017 a janeiro de 2019 com objetivo de desenvolver parte da
155 outorga de pesquisa hidrogeológica onde se realiza captação por poços tubulares. Ademais, visa
156 compreender a hidrologia local, a dinâmica das águas subterrâneas e a qualidade das águas
157 envolvidas, a fim de garantir a sustentabilidade das operações. Esse projeto foi desenvolvido na
158 região norte de Minas Gerais, na Bacia do rio Verde Grande, especificamente na parte média
159 dessa bacia, e que também é inserido dentro de um dos contribuintes que é o Riacho do Salobro.
160 Em termos geológicos, o projeto foi desenvolvido em uma região de rochas carbonáticas, isto é,
161 o sistema aquífero é predominantemente cárstico. Mencionou que na área já havia poços
162 tubulares instalados e, a fim de regularizá-los, foi procedido a pesquisa hidrogeológica com
163 objetivo de entender o aquífero em sua totalidade, e não com o intuito de outorgar os poços
164 individualmente. O Sr. Daniel Bertachini informou que foram desenvolvidas umas séries de
165 trabalho no âmbito da pesquisa hidrogeológica, atendendo alguns requisitos, até que atingisse a
166 fase final de avaliação do sistema aquífero. Houve algumas etapas, como a caracterização do
167 meio físico; levantamento e dados de monitoramento hídrico; cadastramento de poços
168 tubulares; estudos hidroquímicos e isotópicos; ensaios etc. Diante da necessidade do
169 entendimento hidrogeológico, além do monitoramento das vazões dos poços, com a
170 automatização de alguns sistemas, também foi proposta a implantação de uma rede de
171 monitoramento de níveis d'água, a qual contempla o interior e o exterior do empreendimento,
172 como poços fora da área de estudo para acompanhamento desse nível de água. Quanto aos
173 pontos de monitoramento de vazão, foram instalados para monitoramento da interação do
174 sistema aquífero com as águas superficiais. Também, há um controle no Riacho do Salobro, em
175 que existem barramentos no curso d'água intermitente. O Sr. Daniel Bertachini mencionou que
176 os barramentos têm uma interação significativa para o sistema aquífero, em que influenciam na
177 recarga do aquífero cárstico. Após o levantamento dos dados (geologia, dados dos poços,
178 monitoramento de níveis d'água e vazões etc.), foi elaborado um modelo numérico e
179 representado em um software visual, onde foi apresentado as unidades hidrogeológica, como
180 solo calcário, solo detrito-laterítico, aluvião etc. Em seguida, foram feitas as análises dos cenários

181 de uso de água e avaliação do entorno. As conclusões obtidas nesse estudo foram: 1) o
182 monitoramento apresentou oscilações sazonais, sem tendências de rebaixamento e com níveis
183 estáveis próximos ao rio Verde Grande; 2) durante os testes de estresse hídrico não houve
184 interferência do bombeamento nas vazões do rio no período do ensaio, corroborada pela
185 ausência de rebaixamento nos poços de monitoramento próximos 3) as barragens têm função
186 elementar na recarga do sistema aquífero, ajudando a manter sustentabilidade do sistema. Já
187 com base nas análises numéricas, entende-se que o comportamento do sistema está em
188 equilíbrio, ou seja, o sistema de poços é sustentável, dada a manutenção dos níveis de vazões de
189 saída do sistema, atestando que a captação de água apresenta uma situação favorável. O Sr.
190 Flávio Gonçalves questionou o nível médio dos poços entre os anos de 2017 a 2019. O Sr. Daniel
191 Bertachini informou que cada poço tem sua variação conforme o período do ano e o setor em
192 que está localizado, sendo que aquele próximo ao rio varia menos e mantém seu nível
193 constante, já em relação ao período, nos dias chuvosos, geralmente, o nível é maior em
194 comparação aos dias secos. O Sr. Flávio Gonçalves indaga se foi realizado o balanço hídrico
195 pluviométrico, isto é, o acompanhamento do volume que é retirado e o volume que é recebido
196 pela chuva e subterrânea. O Sr. Daniel Bertachini informa que o balanço realizado foi do sistema
197 aquífero, ou melhor, é o volume recebido pela chuva, o que é extraído dos poços e a infiltração
198 pelas barragens. Mas o volume captado nas barragens não é considerado nesse balanço hídrico.
199 O Sr. Flávio Gonçalves sugere a empresa a realização desse levantamento. A Sra. Maria
200 Antonieta questiona a percepção do Sr. Daniel Bertachini acerca da saída do sistema, visto que o
201 rio não está conectado ao aquífero. O Sr. Daniel Bertachini responde que é compreendido que
202 há uma descarga próximo ao rio Verde Grande, mantendo-o em uma situação próxima ao
203 equilíbrio. Posteriormente, o Sr. Alisson Pietro, sucintamente, explicou sobre o ponto de pauta
204 acerca do porte do empreendimento – Fortaleza Santa Teresinha. Inicialmente, esclareceu que a
205 necessidade da pesquisa se dá em razão da necessidade do entendimento do comportamento
206 hidrogeológico, dos impactos aos recursos hídricos superficiais e subterrâneos etc. Essa pesquisa
207 envolve o estudo de caracterização, e descrição do empreendimento, caracterização geológica e
208 hidrogeológica, modelo conceitual etc. Informou que a formalização dessa pesquisa ocorreu no
209 ano de 2017, conforme já mencionado outrora, cuja portaria é do ano de 2018; ocorreu a
210 renovação dessa portaria em 2022; e atualmente está ocorrendo um processo de renovação, a
211 qual está aguardando a análise técnica. Informou que as pesquisas hidrogeológicas, via de regra,
212 conforme a Deliberação Normativa Cerh/MG nº 07/2002, não se enquadra em grande ou médio
213 porte. Expôs que a pesquisa hidrogeológica não está explícita nessa deliberação, mas o Igam
214 entende que, por não haver rebaixamento do lençol freático, não é de grande ou médio porte.
215 Enfatizou que mesmo que haja uma bateria de poços, não implica que há o rebaixamento de
216 poços. No entanto, afirma que se a pesquisa for modificada ou necessitar de rebaixamento de
217 poços, será considerada como grande ou médio porte. Essa pesquisa é classificada por pequeno
218 porte. O Sr. Alisson Pietro mencionou que há uma grande dúvida entre o porte do
219 empreendimento e o porte da outorga. Citou que a Portaria Igam nº 48/2019 traz algumas
220 diretrizes acerca do porte das outorgas, mas nela não há menção sobre as pesquisas
221 hidrogeológicas, sendo que essa normativa é uma das referências para análise de outorgas.
222 Mencionou que há outros normativos, como a Lei Estadual nº 13.199/1999; Deliberação
223 Normativa CERH/MG nº 07/2002 e Decreto Estadual nº 47.705/2019, quando se trata de
224 recursos hídricos, citam sobre o porte do empreendimento e não da outorga, a qual é objeto de
225 regularização. Logo, a avaliação realizada pelo Igam é com base nas intervenções a serem

226 realizadas pelo empreendimento. O licenciamento ambiental ao contrário da outorga, conforme
227 a Deliberação Normativa Copam 217/2017, é vinculado as atividades executadas pelo
228 empreendimento. Logo, aponta que essas são as diferenças entre o porte do empreendimento e
229 da outorga. O Sr. Saulo solicita a definição técnica para bateria de poços. O Sr. Alisson Pietro
230 esclarece que bateria de poços é referente ao volume outorgado para mais de um poço tubular
231 e que possam ser feitos o revezamento ou escalonamento para captações. Também, destaca
232 que o intuito da intervenção solicitada pela Fazenda Santa Teresinha não é rebaixamento de
233 poços e, sim, a pesquisa hidrogeológica, por isso não se configura como bateria de poços. O Sr.
234 Saulo indaga se o intuito da intervenção é o estudo hidrológico ou realizar irrigação em mais de
235 2mil hectare no Norte de Minas Gerais. O Sr. Alisson Pietro explica que o intuito da pesquisa é
236 verificar qual o comportamento hidrogeológico do aquífero mediante a exploração, se haverá
237 impactos etc. Porém, conforme a legislação vigente, é permitido, após o estudo, a utilização da
238 água para fins diversos. O Sr. Saulo questiona o período de finalização da pesquisa. O Sr. Alisson
239 Pietro informa que a pesquisa finaliza assim que obtém a conclusão daquilo que se deseja
240 observar. Complementa que a portaria de outorga possui uma validade, porém ela poderá ser
241 renovada. Essa renovação dependerá das justificativas apresentadas. A Sra. Maria Antonieta cita
242 que a CPRM, em conjunto com a ANA, fez uma avaliação dos poços de monitoramento e,
243 conforme conhecimento, foram divulgados a lista no diário oficial do estado, junto com a relação
244 de poços que precisariam ser monitorados com telemetria. Diante do exposto, indaga ao Sr.
245 Alisson Pietro se é do seu conhecimento a atual situação desse monitoramento. O Sr. Alisson
246 Pietro informou que foi posto como condicionante a telemetria para o Empreendimento
247 Fortaleza Santa Teresinha, porém, neste processo de renovação, não foi possível avaliar a
248 documentação entregue. Mas indaga aos representantes do Empreendimento se os poços já
249 estão cadastrados no Sistema Mira e os dados estão sendo repassados ao Igam. O Sr. Jansen
250 reitera que os poços estão com telemetria e em comunicação com o Sistema Mira. Inclusive,
251 informa que uma empresa foi contratada para fazer o cadastro de poços no Sistema. O Sr.
252 Alisson Pietro pergunta quantos poços estão cadastrados. O Sr. Jansen menciona que são 47
253 poços em comunicação. A Sra. Eduardah ratifica que o Empreendimento está com uma empresa
254 contratada realizando a instalação em todos os poços, tanto de bombeamento quanto de
255 monitoramento de nível, dos equipamentos de telemetria e Datalogger, conforme acordado
256 com Igam; atualmente, são 47 equipamentos em comunicação e estão finalizando a instalação
257 em todos os poços de monitoramento de nível. Logo, todos estarão interligados ao sistema Mira
258 para consulta. O Sr. Alisson Pietro indaga quantos estão interligados ao sistema Mira. A Sra.
259 Eduardah informa são, aproximadamente, 30 poços. Posteriormente, foi apreciado pelo Plenário
260 a Moção Ad Referendum que dispõe da solicitação ao Ministério de Integração e
261 Desenvolvimento Regional (MIDR) a conclusão do projeto de revitalização do Perímetro Público
262 de Irrigação do Gortuba, especificamente, a recuperação do canal principal e substituição dos
263 canais abertos por tubulação e automação do perímetro de irrigação. O Sr. Adalberto,
264 brevemente, esclareceu sobre a precariedade das instalações do sistema de distribuição de água
265 do perímetro de irrigação do rio Gortuba. Mencionou que, desde 2014, foi solicitado a
266 modernização dessa infraestrutura de abastecimento de água. Atualmente, há uma perda de
267 aproximadamente 50% da água fornecida aos irrigantes e por essa razão é que foi solicitado ao
268 Comitê o apoio, por meio da Moção, para sensibilizar o MIDR e demais órgãos públicos a
269 fornecer recursos que serão destinados a melhoria das instalações. O Plenário foi submetido à
270 aprovação dessa Moção e não havendo manifestação contrárias, a Moção foi aprovada por

271 unanimidade. Em seguida, a Sra. Laila Tupinambá colocou em apreciação o relatório de
272 atividades e a autoavaliação do CBHVG, referente ao exercício de 2024. Relembrou que os
273 documentos foram enviados por e-mail para que todos pudessem fazer a leitura prévia. A Sra.
274 Laila Tupinambá indagou o Plenário sobre o interesse em fazer uma leitura antes da votação.
275 Também expôs que o relatório tratava-se das atividades executadas pelo Comitê no ano de
276 2024. Como não houve manifestação acerca dos documentos, foram considerados aprovados.
277 Sequencialmente, a Sra. Laila Tupinambá apresentou o relatório de atividades do GT 271
278 Deliberações, bem como a Minuta de Deliberação CBHVG nº 0xx/202x que regulamenta a 272
279 instalação das reuniões da CTC, suas atribuições, composição e regra de funcionamento. 273
280 Primeiramente, explicou que esse GT foi instituído na CTC após constatação de divergência entre
281 274 o Regimento Interno e a Deliberação CBHVG nº 28/2009. Informou que o grupo era
282 composto pela Sra. Laila Tupinambá, Sr. Ari Teodoro, Sra. Mônica Durães e Sr. Edvaldo Campos.
283 Afirmou que foram levantadas todas as deliberações já aprovadas pelo Comitê; distribuídas em
284 número igual aos membros do grupo; e todos ficaram responsáveis por identificar se havia
285 alguma divergência nelas. O grupo concluiu que maioria das deliberações remetiam a projetos
286 chancelados pelo Comitê e que solicitavam recursos do Fundo de Recuperação, Proteção e
287 Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais (Fhidro) para
288 serem executados. 281 O grupo também concluiu que a única deliberação que necessitava de
289 ajuste foi a Deliberação nº 28/2009, que regulamenta a CTC. Posto isso, a Sra. Laila Tupinambá
290 realizou uma leitura breve da Minuta de Deliberação corrigida, informou que essa foi submetida,
291 a princípio, pela CTC e, em seguida, submeteu os membros do Plenário à aprovação. Não
292 havendo manifestação contrária, a Minuta de Deliberação foi aprovada por unanimidade. Por
293 fim, encerrados os pontos de pauta e não havendo mais nada a tratar, o Presidente do Comitê,
294 Sr. Flávio Gonçalves, agradeceu a participação de todos e encerrou a 43ª Reunião Plenária
295 Ordinária do CBHVG de 2025, quando então foi lavrada a presente Ata.

296

297

ATA DE REUNIÃO APROVADA EM 16/12/2025

298

299

300

301 Laila Tupinambá Mota

Flávio Gonçalves Oliveira

302 Secretária do CBH Verde Grande

Presidente do CBH Verde Grande

303

304

305

COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO VERDE GRANDE

306

307

308

309 ATA DA 43ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA 10 DE ABRIL DE 2025 (Reunião Realizada
310 por Videoconferência)

311

312

ANEXO I

313 PRESENTES

314 1) Fernanda Sales Saab - CODEVASF 1ª SR

315 2) Rafael Cordeiro Brito Jardim - DNOCS

316 3) Maria Antonieta Mourão - Serviço Geológico do Brasil - CPRM

317 4) Wendel Pereira de Souza - IDENE

318 5) João Batista Ribeiro da Silva Reis - EPAMIG

319 6) Margarete Suely Caires Azevedo - IEF

320 7) Wesley Mota França - IGAM

321 8) Thamires Mercês Gomes - INEMA-BA

322 9) Ciro Tavares Florence - SEMA-BA

323 10) Cristiane Aparecida Silva Brito - Prefeitura Municipal de Riacho dos Machados

324 11) Diega Rosa Alves - Prefeitura Municipal de Mamonas

325 12) Romulo de Souza Lima - Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA

326 13) Laila Tupinambá Mota - Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – FIEMG

327 14) Edvaldo Campos Matos - RIMA Industrial S.A

328 15) José Sérgio Pereira Araújo - Coteminas

329 16) Ari Teodoro de Oliveira - Estância das Aroeiras

330 17) Eduarda Gabriella Alves Silva - Fortaleza de Santa Teresinha Agricultura e Pecuária S.A

331 18) Saulo Bresinsk Lage - Liderança Frutas

332 19) Hormínio Araújo de Oliveira Júnior - Fazenda Paraíso - São João da Ponte

333 20) Adalberto Santos Pinto da Paixão - Distrito de Irrigação do Perímetro Gorutuba - DIG

334 21) Flávio Gonçalves Oliveira - Sindicato dos Produtores Rurais de Montes Claros

335 22) Flávio Pimenta de Figueiredo - Instituto de Ciências Agrárias - ICA/UFMG

336 23) Walter Santos de Araújo

337 24) Cleone Pereira de Menezes - T - Associação Beneficente dos Agricultores de Lagedão – ABAL

338 25) Maria Aparecida de Souza Rodrigues - T - Associação Beneficente dos Agricultores de
339 Lagedão - ABAL

340 JUSTIFICADOS

341 1) Rafael Macedo Chaves - IBAMA

342 2) Anselmo Farley Antunes Balieiro - Polícia Militar de Meio Ambiente de Minas Gerais 3)
343 Guilherme Aguiar Silva - Prefeitura Municipal de Serranópolis de Minas

344 4) Hellen Aparecida Andrade - Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA

345 5) John Lennon Tostes Silva - Fazenda Oriente – Grupo Brasnica

346 6) João Damásio Frota Machado Pinto - Fazenda Aguapé

347 7) João Medeiros de Barros Neto - João Medeiros de Barros Neto

348 8) Marcelo Ferrante Maia - Fazenda Lagoa do Boi

349 9) Rony Cássio Nunes Santos - Lote 93 – Núcleo Habitacional II – Projeto Estreito II

350 10) Nilde Antunes Rodrigues Lage - Associação Central dos Fruticultores do Norte de Minas –
351 ABANORTE

352 11) Cláudio Henrique Diniz Castro - Associação de Ensino Vale do Gorutuba S/S Ltda

353 12) Yara Maria Soares Costa Da Silveira - Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES;

354 13) Euler Melo Nogueira - Centro Universitário FG – UniFG

355 14) César Luiz da Silva - Associação dos Amigos do Rio Verde Grande – ASARVE.

356 CONVIDADOS

357 1) Giuliane Carolina de Almeida – Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam)

358 2) Alisson Pietro Santos Duarte – Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam)

359 3) Flávia Simões Ferreira – Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA)

360 4) Mônica Durães – Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Montes Claros (Semma)

361 5) Robson Rodrigues dos Santos – Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam)

362 6) Tânia Regina Dias da Silva – Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA)

363 7) Grace Benfica Matos – Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA)

364 8) Jeane Sabrina Maia – Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam)

365 9) Maria de Lourdes Amaral Nascimento - – Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam)

366 10) Luiz Henrique Pinheiro – Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA)

367 11) Leonardo Mitre Alvim de Castro - Engecorps Engenharia S.A.

- 368 12) Fernando Carneiro
- 369 13) André Bonacin – Agência Peixe Vivo (APV)
- 370 14) Daniel Bertachini - MDGEO - Hidrogeologia e Meio Ambiente
- 371 15) Jansen Fernando Lopes – Fazenda Fortaleza Santa Teresinha
- 372 16) João Paulo Paulino Coimbra - Agência Peixe Vivo (APV)